

OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ONGS: UMA NOVA CATEGORIA DOCENTE?

THE EDUCATION PROFESSIONALS OF NGOS: A NEW TEACHING CATEGORY?

Cíntia Pereira Dozono de ALMEIDA*

Resumo: O objetivo desta pesquisa é compreender a tipologia do quadro de recursos humanos que compõem as ONGs envolvidas com a causa educativa, nesse início de século XXI, no Brasil. Ante a ausência de pesquisas próprias para essas organizações, estabeleceu-se como referência conceitual as discussões, trazidas pelo tema de formação de professores e pelo trabalho docente, relativas à educação escolar. Diante disso, a questão que se coloca, tendo em mente o cenário maior da educação nacional, é de teor comparativo: os profissionais da educação de ONGs podem ser considerados uma nova categoria docente? A partir das premissas da educação como um processo amplo – que extrapola limites institucionais – e do reconhecimento das ONGs como uma nova tipologia de agentes educacionais brasileiros, discute-se a qualidade do trabalho educativo desenvolvido por duas delas: a Ação Educativa e o Projeto EmCantar. Dentre as diversas atividades observadas, depoimentos recolhidos e relatos desenvolvidos no período de pesquisa de campo junto às organizações, selecionou-se para a presente análise aquelas relativas à temática da formação de seus trabalhadores como uma nova categoria profissional. A conclusão que se infere, ao final da presente pesquisa, é sobre um novo tempo para a educação nacional: tempo de parcerias e de cooperação.

Palavras-chave: Educação escolar. Formação de professores. Organizações Não Governamentais; Trabalho docente.

Abstract: The aim of this research is to understand the type of personnel of the NGOs involved in education in the beginning of the XXI century in Brazil. As there is an absence of research aimed specifically at these organizations, the theoretical framework about teacher education and teachers' work concerned with school education informed the present research. Having in mind the national educational scenario, the research question is a comparative one: can the professionals of education within the NGOs be considered a new category of teachers? Considering education as an ample process – which goes beyond institutional limits – and the recognition of the NGOs as a new

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. cidozono@yahoo.com.br

type of Brazilian education agents, the research discusses the quality of the educational work developed by two NGOs: *Ação Educativa* and the *Project EmCantar*. Of the various activities observed, testimonials collected and reports developed during the field work with the organizations, the theme concerning the education of professionals as a new professional category was selected for the present analysis. At the end of the research it was concluded that it is a new period for national education: a time for partnerships and cooperation.

Key words: School education. Teacher education. Non-Governmental Organizations. Teachers' work.

O tema da formação de professores e do trabalho docente tem sido objeto de efervescentes debates na arena educacional brasileira neste início de século. A necessidade e/ou importância da formação teórico-acadêmica versus formação a partir da prática é o tópico com o qual se introduz a discussão do presente artigo, mais com o objetivo de construção de cenário que de constituição de enredo. O foco principal reside sobre a temática exposta no título: os profissionais da educação das ONGs brasileiras. Antes, porém, de expor o trabalho por eles desenvolvido, que tem como fonte a pesquisa de doutorado da autora junto a duas ONGs voltadas à educação; compreender a essência do embate: formar pela prática x formar pela teoria é essencial para se pensar a tipologia do trabalho educativo, que tem sido implementado pela sociedade civil organizada.

Autores como Antônio Nóvoa (2002), Philippe Perrenoud (2002), Maurice Tardif (2000), Donald Schön (2000), dentre outros, têm sido considerados os principais teóricos da

Epistemologia da Prática que, como o próprio nome indica, postula a valorização da experiência pessoal e profissional dos docentes, denominada de conhecimento tácito, em detrimento do conhecimento escolar, ou da formação direcionada apenas para o sistema educacional. Em geral, a abordagem teórico-metodológica utilizada por esses autores parte da análise de trajetórias pessoais e histórias de vidas e é definida como: “[...] o estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos professores em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar sua tarefa” (TARDIF, 2000, p. 10). Três são as dimensões básicas dessa nova epistemologia da formação de professores - a pessoal, a profissional e a organizacional, denominada de “[...] trilogia da formação contínua: produzir a vida, a profissão e a escola” (NÓVOA, 2002, p. 56). Essa epistemologia deve partir do abandono de quatro ilusões para fornecer as bases de uma efetiva prática profissional, a saber, a “ilusão científica”, a “ilusão disciplinar”, a “ilusão da objetividade” e a “ilusão me-

todológica” (PERRENOUD, 2002, p. 89-105). Diante disso, esse autor propõe que de professores, os profissionais de educação se tornem formadores, pois assim estariam assumindo uma postura verdadeiramente reflexiva.

A repercussão dessa proposta que, por um lado gerou grande acolhida e aceitação, a ponto de representar, na última década, a hegemonia em termos de organização escolar; por outro lado, não fugindo aos princípios da dialética, tem despertado o interesse de autores brasileiros, dentre os quais se destacam Newton Duarte (2003), Demerval Saviani (1996), Maria Célia Marcondes de Moraes (2005). Esses estudiosos têm se ocupado, nas publicações recentes, em analisar essa proposta hegemônica e em apresentar as falhas, críticas e contrapontos, bem como em defender outra corrente de organização escolar: histórico-crítica.

A principal crítica de Newton Duarte (2003) à proposta de Tardif, Perrenoud, Schön, entre outros, está na “[...] desvalorização do papel do conhecimento científico/ teórico/ acadêmico na formação do professor” (DUARTE, 2003, p. 607), o qual é considerado não somente irrelevante, como algo que pode acarretar, inclusive, prejuízos ao professor, uma vez que o afasta da prática e o aprisiona a um conteudismo sem sentido. Para Duarte (2003, p. 608), uma descaracterização da profissão do professor tem ocorrido, paralelamente a uma

aceitação acrítica à lógica neoliberal e pós-moderna. Ainda que alguns dos adeptos à teoria do “professor reflexivo” se declarem contrários ao neoliberalismo, a análise de Newton aponta para a congruência de argumentos dessas duas correntes teóricas, e um exemplo é que ambos apontam para uma “[...] veneração da subjetividade imersa no cotidiano alienado da sociedade capitalista contemporânea” (DUARTE, 2003, p. 612). Um sistema escolar que adotasse fielmente todas as proposições dessa linha teórica estaria negando duplamente o ato de ensinar: o exclui da tarefa do professor e dos formadores dos professores.

É exatamente neste ponto que se introduz a questão das ONGs. Tendo em mente uma compreensão do cenário maior da educação nacional neste início de século XXI e, partindo-se da premissa que tais organizações já são realidade no quadro educacional brasileiro, ante a ausência de análises teóricas de suas ações educativas em contraponto com a educação escolar existente, a questão que, neste momento da análise, desponta é: afinal, qual a tipologia de profissionais da educação que têm atuado nas ONGs? Como tem sido gestada sua formação no interior dessas organizações? Até que ponto as análises desenvolvidas sobre a formação de professores e o trabalho docente da educação escolar são pertinentes para caracterizar os “agentes educativos” das ONGs? São eles também professores? Ou já

adotam a *priori* a proposta de Perrenoud, por exemplo, de serem formadores? Por se apresentar como alternativa, a educação propiciada pelas ONGs também deve ser marcada por uma formação alternativa de educadores?

Ainda em caráter introdutório, apresenta-se, brevemente, a concepção de educação que norteia este estudo e que, de certa forma, também auxilia na defesa da premissa das ONGs como atores já atuantes no cenário educacional brasileiro. Premissa esta que, no decorrer da exposição do trabalho educativo por elas implementado, espera-se reforçar. A âncora teórica inicial para essa conceituação encontra-se na obra de Carlos Rodrigues Brandão (1981), da Coleção Primeiros Passos, *O que é Educação*. Ainda que a referida coleção não seja suficiente para subsidiar uma pesquisa acadêmica, como seu próprio nome indica, constituem-se em primeiros passos. Por isso encontra-se aqui. E as primeiras palavras desse autor com as quais se identifica *ipsis litteris* são:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educa-

ção? Educações. (BRANDÃO, 1981, p. 07).

O conceito educação não está restrito à escola. Esta é uma concepção *a priori* neste trabalho. A educação não pode, por essência, ser monopolizada, quer por pessoa, quer por instituição. Educar é atitude intrínseca à vida e seu paralelo-parceiro, o ser educado, também. Não há como resistir. Ainda que se caminhe ao contrário de um dito ideal, uma vez que pela diversidade de idéias o que para uns é avançar, para outros pode ser deseducar, ainda assim, todos os seres humanos estão sempre, a todo momento, inevitavelmente educando a si e educando a outros.

Diante disso, estabeleceu-se para a presente pesquisa qualitativa aplicada em educação, como material, a seleção de duas ONGs cujo campo de atuação estivesse relacionado diretamente à educação, porém que apresentassem diversidade na magnitude e na organização, dentre outros aspectos, de forma a se obter amostras diferenciadas desse espectro social de que fossem representativas. O material documental das ONGs bem como algumas publicações foi submetido a um rigoroso exame crítico. Porém, a principal fonte de informações foram as entrevistas, não só com os membros fundadores e/ou dirigentes de cada uma das ONGs, mas também com os participantes das mesmas. Compreende-se que, dentro da metodologia de pesquisa qualitativa,

ante o esforço de se debruçar sobre as duas ONGs para analisá-las em profundidade, a técnica de estudo de caso foi a eleita para o desenvolvimento da mesma. Segundo Bogdan & Biklen (1994), o estudo de caso é uma técnica, dentro da pesquisa qualitativa, que consiste na observação profunda do objeto escolhido, cujo plano de investigação que tem como primeiros passos a recolha de dados, parte dos aspectos gerais a uma focalização. Para tanto, a observação participante é a mais propícia pelas possibilidades de aprofundamento no olhar e no conhecimento da realidade. Sendo assim, as duas ONGs selecionadas são: “Projeto EmCantar” e “Ação Educativa”.

Certamente se aponta, desde já, as limitações dessa análise, provenientes, em primeiro lugar, da própria metodologia empregada. Por se tratar de uma pesquisa sem viés quantitativo, de forma alguma se supõe que o estudo de caso das duas ONGs apresentem resultados aplicáveis a todo o espectro social dessa categoria de atores na sociedade brasileira. Limita-se às possibilidades geradas a partir de um esforço teórico de dedução, ou seja, do individual para o todo. Considerações que, longe de se constituírem em um “paradigma”, ou sem qualquer pretensão teórica maior, são apresentadas mais como inquietações, possibilidades. Isso, contudo, não nos impede de pensar nas ONGs estudadas como “amostragem” representativa do conjunto (do real).

Uma breve apresentação do trabalho educativo de cada uma delas, seguida da análise do perfil profissional dos educadores das mesmas, compõe a primeira parte do corpo do texto. A seguir, mantendo-se o caráter comparativo, discutem-se diferenças entre os profissionais das ONGs e o trabalho educativo desses com a escola brasileira de forma geral. Em um último tópico, antes das considerações finais, debruça-se especificamente sobre a formação desses professores/ educadores.

1 ADENTRANDO O TERRITÓRIO “VIZINHO”: O TRABALHO EDU-CATIVO DESENVOLVIDO PELAS ONGS

Localizado no município de Uberlândia-MG, o Projeto EmCantar desenvolve atividades como um projeto social desde 1996; porém, só em julho de 2003, transformou-se juridicamente em uma “associação civil de direito privado, sem fins lucrativos”, a saber, uma “ONG”. Seus três principais eixos de atuação são: cultura popular, educação ambiental e música popular. Tem como público-alvo definido dez escolas públicas dos municípios de Uberlândia e Araguaçu, denominadas escolas parceiras, e com as quais desenvolve um trabalho educativo semanal. Atinge também a comunidade em geral por meio das apresentações do Coral EmCantar e das oficinas semanais abertas.

Já a Ação Educativa, com sede na

capital do Estado de São Paulo, foi instituída enquanto ONG em 1994, com a motivação inicial de suprir carências verificadas no trabalho de alfabetização de jovens e adultos. Objetiva lutar pelo direito dessa parcela populacional junto ao poder público, num esforço contínuo de “[...] pensar e propor políticas efetivas ou novos modelos educativos” (REVISTA AÇÃO EDUCATIVA, 2004). Atualmente mantém o enfoque na educação de jovens e adultos e abrange ainda a proposição de políticas públicas para a infância e juventude. Seu público-alvo extrapola limites geográficos definidos, alcançando parte significativa dos atores envolvidos com a educação nacional, tanto por meio de suas publicações quanto por meio de palestras, eventos afins e demais atividades voltadas para a educação de forma bastante ampla.

O que se apresenta neste texto é uma parcela bastante reduzida do que foi a pesquisa junto às duas ONGs. Procurou-se, a partir da delimitação do tema da pesquisa maior, a saber, a contraposição com a educação escolar, selecionar para o presente artigo relatos, experiências e depoimentos que analisassem em maior profundidade a tipologia dos novos “profissionais da educação” que atuam nas ONGs brasileiras, neste início de século XXI.

2 PERFIL PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DAS ONGS

Com o empenho em educar a partir de experiências próprias, o Projeto EmCantar conta com um quadro profissional bastante diferenciado do comumente encontrado nas escolas. A linha de frente de seus recursos humanos, ao lado da equipe gestora, constitui-se nas figuras dos chamados multiplicadores. A maioria deles são jovens estudantes universitários que se envolvem de tal forma com o Projeto, que passam a praticamente viver por ele. Eles são, de fato, pessoas estratégicas para a propagação do trabalho da ONG junto à comunidade, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de oficinas.

Problematiza-se por ora o termo “multiplicador”, que oferece dupla tradução semântica. É certo que, ainda que não seja essa a interpretação que a prática e o discurso do Projeto encampam, não se pode desconsiderar um certo viés quantitativista da expressão, cuja etimologia confirma a relação com as Ciências Exatas. As conseqüências de tal entendimento remetem à lógica de mercado, de capitalização das relações humanas, e se aproximam, inclusive, dos discursos tecnicistas de certas teorias educacionais. Alguns projetos de educação alternativa similares valem-se da nomenclatura de “animador”, que, inicialmente, aproxima-se mais da idéia de lúdico, de informalidade que, por sinal, tanto caracterizam o trabalho educativo do EmCantar. Por outro lado, este termo também tem caráter dúbio, podendo conduzir a uma dimi-

nuição da criticidade, da racionalidade, da atitude reflexiva do ato de educar, restringindo-o à mera recreação.

Ora, essa possibilidade de interpretação quantitativa do vocábulo “multiplicador” é refutada por se considerar que sua real significação está muito mais ligada à proposta de democratização, de expansão e de propagação dos princípios do EmCantar. Rejeita-se, portanto, o quantitativo e aponta-se para a preocupação com a qualidade: os multiplicadores são aqueles que zelam pela proposta maior do EmCantar, implementando-a em suas ações e defendendo-a em seus discursos; não somente nas atividades cotidianas da ONG, como também nas mais diversas relações informais. Excetua-se, porém, as relações trabalhistas, uma vez que essas são exatamente as atividades da ONG. Ter esses jovens no mercado de trabalho convencional representaria uma grande perda para os gestores da mesma. Diante disso, M.A.F., fundador e gestor do Projeto, ocupa-se, num esforço sempre coletivo, em transformá-los em autênticos profissionais: cria um mercado de trabalho exclusivo para que os multiplicadores possam, gradativamente, passar a verdadeiramente viver da ONG.

Durante o período de realização da pesquisa de campo, primeiro semestre de 2005, o grupo de multiplicadores era constituído por aproximadamente vinte pessoas, todas remuneradas, conforme o tempo de ingres-

so no Projeto e proporcional às atividades desempenhadas. Apenas para se ter uma noção geral da formação dos multiplicadores, com exceção de dois que ainda não estão no Ensino Superior, os cursos em que esses “educadores” estão se graduando são: Filosofia, Geografia, Letras, Artes Cênicas, Educação Física e Música. Compõem ainda o espectro das formações acadêmicas entre gestores e multiplicadores: Administração de Empresas, Ciências Sociais e dois títulos de Mestre (Geografia e Engenharia Elétrica).

E a Ação Educativa? O que dizer do perfil de profissionais que ali têm atuado? Durante a realização da pesquisa de campo, buscou-se entrevistar os principais responsáveis pelo trabalho educativo da ONG, e V.M. e C.L.V., respectivamente, diretora e coordenadora do trabalho de EJA da Ação, prontamente se dispuseram a contribuir. Logo de início, a formação acadêmica das duas educadoras é um dado que motiva detalhamentos. Ambas são pedagogas graduadas com titulação de mestrado e doutorado pelas melhores universidades públicas do Estado de São Paulo. Por que a Ação Educativa? Por que não o sistema escolar formal ou mesmo a docência universitária? Que diferencial a possibilidade de trabalho na ONG oferece, a ponto de se tornar opção mais atrativa que as outras ligadas à educação convencional? Muito mais que mera coincidência ou acaso, há razões fortes para essa decisão,

que muito auxiliam na compreensão da qualidade do trabalho educativo implementado pela Ação Educativa, em contraponto com o escolar formal. O destaque é alargado quando se considera que o quadro de recursos humanos do EmCantar, por exemplo, não possui nenhum especialista em educação, no sentido de formação acadêmica.

Apesar de possuírem trajetórias de vidas diferentes, V.M. e C.L.V., assemelham-se por se considerarem “ser Ação Educativa” e não um simples “estar na Ação”, como um momento a mais da carreira profissional. Uma pausa para conhecer a trajetória profissional da diretora geral da Ação Educativa auxilia na caracterização desse novo escopo de profissionais da educação: V.M. é doutora em educação pela Universidade de São Paulo. Participa de maneira intensa do universo acadêmico: coordena projetos temáticos junto a universidades, compõe bancas de mestrado e doutorado, publica; enfim, possui um típico currículo de professora universitária. Contudo, ela é Ação Educativa por opção. Na verdade, foi esse envolvimento com a ONG que despertou seu interesse pela pesquisa, pela possibilidade de produção de conhecimento no âmbito da universidade. Ponto em comum com A.P. R., co-fundadora e gestora do EmCantar, que, durante o período de realização da presente pesquisa de campo, defendeu sua dissertação de mestrado em geografia na Universidade Fede-

ral de Uberlândia, cujo conteúdo se resume na proposta de educação diferenciada do EmCantar para a questão do ambiente. A promoção do diálogo, o estabelecimento de uma relação profícua e mais próxima entre o conhecimento produzido na academia e o gestado no âmago dos Movimentos Sociais, o existente na rede Pública e o proveniente dos gestores educacionais de modo geral é a estratégia adotada pela educadora e que resume a essência de sua atuação:

fazemos esse esforço de manter uma relação não só com a academia, mas também com os movimentos populares, com o que está acontecendo na base do sistema escolar e com os gestores. E eu acho que esse é um espaço interessante, ele é estimulante, enfim, você vive uma coisa dinâmica, de perceber, enfim, gerar sinergia, colaborações com esses setores, entender os conflitos, ver as limitações que cada um deles tem. Acho que nesse sentido é um espaço que é privilegiado (INFORMAÇÃO VERBAL. V.M., transcrição de entrevista realizada em 27/out/2005).

Não há dúvidas de que todo esse trabalho de articulação, de se colocar como agente de estabelecimento de redes entre setores tão distintos da educação nacional, só é possível graças à maturidade institucional de organizações como a Ação Educativa. Maturidade esta que não é gratuita,

antes é sustentada, sobretudo, pelo perfil de seu quadro de profissionais. Diante disso, por que não afirmar que todas essas atividades comprovam a consagração das ONGs como verdadeiros agentes educacionais, já cristalizados e reconhecidos no cenário da educação nacional? Apenas para reforçar essa hipótese “ONGs como agentes educacionais”, alarga-se a análise para um espectro maior dessas organizações que, apesar de lidarem com outras temáticas “linha de frente”, de maneira indireta, acabam comprometendo-se com o ato educativo. Meio ambiente, gênero, consumo, racismo, saúde, desarmamento, não-violência, idosos, enfim, as mais diferentes causas inevitavelmente entrelaçam-se com a educação para atingir seus próprios ideais. Nesse sentido, a educação é um setor privilegiado e por isso é considerada, nessa década de multiplicação de ONGs brasileiras, a área de maior crescimento numérico; dado que reforça a necessidade de pesquisa e produção de conhecimento específico para que se compreenda com clareza essa nova configuração da realidade nacional. Os pensadores da educação brasileira não podem simplesmente fazer conjecturas ou tecer conclusões baseadas em preconceitos ou tradições particulares e egoicas, como ultimamente tem ocorrido em não poucos encontros e congressos. É preciso fundamentar a análise em pesquisas.

Uma vez que se discorre sobre esse tópico, é imprescindível abordar

a questão do voluntariado. Diante da carência de pesquisas específicas, tem-se, no imaginário social, a idéia de que as ONGs se valem da boa ação de pessoas da sociedade que se dedicam voluntariamente às causas defendidas pelas organizações. Entretanto, a presente análise alerta para uma outra realidade. Ainda que as ONGs pesquisadas não dispensem o agir voluntário, antes afirmam ser muito bem-vindos pais e mesmo pessoas da comunidade que queiram ajudar, as estatísticas comprovam que, ao longo da história da Ação e do Projeto EmCantar, pouquíssimos voluntários têm se juntado às mesmas. A justificativa dada pela ONG paulistana é digna de aprofundamentos. Segundo a diretora geral, V.M., excetuadas as funções burocrático-administrativas, o trabalho educativo propriamente dito, por seu caráter eminentemente técnico, requer preparação pedagógica especializada, no mínimo com curso superior em andamento. É praticamente impossível encontrar alguém com esse perfil que se prontifique a trabalhar sem remuneração. Mesmo nas salas de aula de EJA, o que há são estagiários, estudantes universitários, que desenvolvem uma ação mais profissionalizada, recebendo, inclusive, uma ajuda de custo. Tal ação não pode ser confundida com o trabalho voluntário e neste ponto, as coordenadoras zelam pela rigidez desse critério, uma vez que não são poucos os que se oferecem como voluntários, mas que, na verdade, desejam

é o emprego. Há ainda, no quadro geral de recursos humanos que compõe a Ação Educativa como um todo, um grupo de colaboradores que, para a diretora em entrevista, também é algo completamente distinto do voluntariado. Na quase totalidade dos casos, são pessoas ligadas à universidade (estudantes de graduação, pós-graduação e professores) que revisam algumas produções, dão consultoria, envolvem-se em projetos específicos etc; mas que não fazem parte do corpo de funcionários.

O que afirmar sobre o perfil dos profissionais da educação que atuam nas ONGs, ante os dados relatados e analisados até aqui? O aspecto “profissão”, sem dúvida, é o que mais se destaca. O trabalhar com educação numa ONG não é resultado de acaso, nem de oportunismo ou qualquer idéia que remeta a espontaneísmo ou superficialidade; muito menos a uma simples questão de “vaga no mercado de trabalho”. Uma categoria diferenciada, que atua de modo específico, segundo princípios educacionais claramente fundamentados e, por serem remunerados para tal, constituem sim um corpo profissional.

O compromisso desses agentes com a causa educativa é superior às divergências existentes entre escola, universidade, movimentos sociais e mesmo secretarias de educação e demais órgãos públicos. Questiona-se que outro sujeito no cenário brasileiro se não as ONGs, com o compromisso e visão semelhantes a essas,

poderiam se posicionar de forma tão privilegiada e com tamanha eficácia em prol da educação nacional. Ante a hipótese maior - o trabalho educativo desenvolvido pelas ONGs neste início de século, tendo em mente a educação escolar - tem-se uma constatação relevante: ser promotora de diálogo, ser a ponte entre Academia, Movimentos Sociais, Escola e gestores em geral. Um papel, indubitavelmente, fora do alcance da estrutura formal. Um avanço. Enquanto a escola se detém em emaranhados de portarias, no peso do sistema, as ONGs podem, com destreza e competência “correr por fora” e serem catalisadoras de mudanças socioeducacionais.

3 ONGS, ESCOLA E A QUESTÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Exposta uma panorâmica do perfil de profissionais que têm atuado nas ONGs pesquisadas, avança-se com a análise da diferença destes com a educação escolar. Ora, o intuito da comparação não é desmerecer ou denegrir a instituição escolar. Antes, estabelecer diferenças com fins de parceria e cooperação. O depoimento de C.R.R.A., o multiplicador “mascote” da equipe, com então dezessete anos, expressa algumas dessas diferenças:

Com menos de um ano de Projeto EmCantar na minha vida, fui convidado para participar do primei-

ro grupo de multiplicadores. Tal atitude fez minha vida mudar seu rumo completamente já que idealizava coisas que na verdade não eram nada daquilo que estava vivendo, por exemplo: ser um simples administrador de empresas como meu pai, que trabalha para ter tudo aquilo que precisa, e não por gostar realmente daquela profissão. Ministrando oficinas pelo Projeto EmCantar é uma coisa que alimenta a minha alma. Ver um sorriso, um olhar de felicidade no rosto dos multiplicandos não tem preço, ao contrário de muitos educadores que a primeira coisa que fazem ao sair de uma sala de aula é dizer que se não fosse pelo salário que recebem no fim do mês, jamais entrariam em uma sala (C.R.R.A., depoimento escrito para fins da presente pesquisa em maio/2005).

Este e outros depoimentos coletados entre os participantes da Ação Educativa e do Projeto EmCantar confirmam o ser parte da vida – muito mais que mero emprego, a ONG se transforma no projeto existencial daqueles que nelas atuam profissionalmente. Por outro lado, não são raros os relatos de professores que expressam completo desgosto, frustração, anseio por mudança, e mesmo exercer a profissão não como possibilidade de realização pessoal, mas como mera questão de sobrevivência. Pesquisas, inclusive na área da saúde, atestam o grande número de profes-

sores que adoecem como resultado direto da prática profissional. Sem se desvirtuar a uma generalização infundada, visto que há docentes que se realizam como tal e desempenham a profissão como prêmio e não castigo; é digna de reflexão, no contexto da presente pesquisa, essa disparidade. Como desconsiderar o impacto sobre o trabalho educativo de profissionais, cujas vidas se tornam o próprio projeto da organização em que atuam, comparado ao existente sob a educação escolar de responsabilidade de professores mal-remunerados, sem formação e orientação adequadas, sobrecarregados, frustrados? Entretanto, é possível constatar o fruto das parcerias:

[...] o P. E. é uma oficina da qual gosto muito. Vejo a oficina como um empreendimento inovador na prática educacional, na prática da formação individual de cada aluno. Vejo que o aluno que participa das oficinas crescer não apenas em conteúdo, mas em maneira de ser, de ouvir, de falar, de se comportar. Vejo o P. E. e as oficinas como algo que veio modificar nossa rotina. Ele trouxe inovações na maneira de ministrarmos, me deu nova visão de como estar trabalhando, e eu cresci muito com o Projeto. Referente ao Educando, eu o vejo na minha vida muito positivo, pois lá unindo-me com outros pensares, outras cabeças, eu posso estar ampliando o meu conhecimento a minha postura,

posso estar vendo o mundo de outra forma, [...] e eu acredito que como o aprender não é feito individual e sim coletivamente, foi muito importante na minha vida estar participando desse projeto porque acrescentou na minha formação.[...]" (INFORMAÇÃO ORAL. A.L.D., professora da E.E. Mário Porto. Transcrição de entrevista realizada em maio/2005).

Para trabalhar a formação com os professores, multiplicadores e gestores do EmCantar ocorre, enquanto uma das prioridades dos encontros semanais, o investimento em aprofundamento teórico. O fato de todos estarem se propondo a serem educadores, é encarado com muita seriedade por todo o grupo, de maneira que se formar para tal não pode ocorrer de forma descomprometida ou despropositada, daí a criteriosa seleção de textos para leitura e análise em horários específicos para esse fim. Os principais autores da área da educação debatidos são Paulo Freire, Moacir Gadotti, Frei Beto e similares. Autores que, ainda que não se encontrem entre os mais populares nos meios acadêmicos nacionais, são representantes dessa categoria. São intelectuais da educação, respeitados por suas obras e prática e os escolhidos pelo EmCantar para inspirar teoricamente suas atividades educativas.

É muito interessante como esta preocupação com a formação dos educadores reflete um típico discurs-

so dos meios acadêmicos da educação formal, ainda que os agentes não expressem a consciência desse fato. E aqui se retoma a discussão que introduz o presente texto. Entende-se ser essencial compreender a relação do trabalho educativo desenvolvido pelas ONGs pesquisadas com as diversas correntes pedagógicas existentes. Ora, no presente contexto em que se discute a "capacitação" da equipe de trabalho, a saber, a formação dos educadores populares, dos multiplicadores do EmCantar, dos profissionais da Ação Educativa, questiona-se: afinal, qual o conceito de formação em questão?

É muito instigante prosseguir uma análise do educar alternativo que mantém, de forma quase que inevitável, os parâmetros de avaliação típicos da estrutura formal. Para ser mais clara: a avaliação da qualidade da formação dos agentes dessa chamada educação alternativa dá-se exatamente a partir do quanto se avançou em anos e nível de profundidade de estudos na estrutura formal. Incoerência? Talvez. Interdependência, porém, seja a melhor interpretação. As ONGs têm se inserido como agentes da educação nacional, contudo, como "integrantes mais recém-chegadas" não podem, simplesmente, desconsiderar as construções já existentes. Na verdade, precisam partir delas para efetuar suas próprias edificações. Daí, quando se pensa na avaliação da qualidade de formação dos membros e indivíduos dessas organizações, que critérios se-

guir senão os consagrados no ensino formal?

Presente repetidas vezes nas falas, especialmente dos gestores do EmCantar, a “formação pela contradição” e a questão da práxis se destacam. A fala seguinte de M. A.F. sobre o tipo de formação propiciada aos multiplicadores, afirma que esta se dá, sobretudo, nos momentos de aplicação:

Agora, enquanto estamos conversando, está acontecendo oficina em duas escolas. Há equipes trabalhando lá com as crianças nas escolas. Então isso é aplicação, mas ao mesmo tempo é formação, porque são pessoas que até então não tinham experiência e nem foram formadas dentro da academia para serem educadores. Por isso que eu estou ressaltando esse aspecto da práxis: aprendendo fazendo e fazendo aprendendo. (INFORMAÇÃO ORAL. M.A.F. transcrição de entrevista realizada em 11/mai/2005).

Diante das exposições teóricas sobre a formação de professores - de um lado a corrente da epistemologia da prática, de outro os defensores do saber escolar - como interpretar as constatações acima? Uma situação intermediária entre as duas primeiras que coincide exatamente com o equilíbrio defendido pela corrente teórica adotada pela ONG: Paulo Freire e seus seguidores. Ainda que os multiplicadores não sejam, conforme

M.A.F. explicita, formados academicamente para serem educadores, não há como negar a forte presença de teoria, ou do conhecimento escolar, como defendem os autores nacionais consultados. Por outro lado, ao mesmo tempo que zelam pela formação acadêmica, com privilégio àquela ministrada nos bancos universitários, não desprezam a prática; antes, reconhecem que grande parte de seu saber pedagógico é apreendido por meio dela, nos momentos de aplicação.

É válido destacar ainda que esta opção do EmCantar se aproxima significativamente da defendida por Selma Garrido Pimenta (2002), e que se constituem um ponto intermediário no debate estabelecido entre a pedagogia histórico-crítica e a pedagogia das competências. Diante das palavras conclusivas dessa pensadora da educação nacional, da necessidade de que se passe do professor reflexivo ao intelectual crítico-reflexivo e da epistemologia da prática à práxis, questiona-se: não seriam as ONGs o novo agente educacional em que a intelectualidade nacional encontrará as possibilidades de concretização de suas idéias? Terão os gestores das ONGs consciência de todo esse movimento teórico em torno da questão da formação dos professores no Brasil? Pretendem eles se colocarem como superação dessa nomenclatura escolar ou apenas complementá-la?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem aspirar a uma revolução paradigmática, antes, apenas para fomentar a discussão e conduzir a análise, retoma-se a questão proposta pelo título: constituem os profissionais da educação de ONGs uma nova categoria docente? A verdade é que não se pretende apenas com essa pesquisa, negar ou afirmar essa possibilidade. Entretanto, lança-se a provocação e apela-se para o despertar de que, sem dúvida, algo novo se configura na educação nacional. Será que não viveríamos neste início de século XXI, uma nova fase de experimentação e construção da educação, iniciando, após dois séculos, a possibilidade de reconhecimento da educação para além da escola?

Sua oficialização nos parâmetros da instituição escola marca, historicamente, por uma série de motivos, cuja discussão desvirtuaria os propósitos desse texto, o início da contemporaneidade, em termos de história da educação, e que, no Brasil hoje, encerra o Ensino Fundamental em oito anos, o Ensino Médio em três e Ensino Superior em variáveis e não menos discutíveis dois a seis anos para graduação, considerado o sucesso como ausência de reprovação em qualquer um dos níveis. Para tanto deve exibir os documentos que credenciam tal sucesso, seja no nível da Educação Básica, seja no Ensino Superior. Ora, críticas ao modelo escolar não faltam. Além da literatura especializada, na mídia em geral, nos discursos do senso comum, críticas

por todos os lados. Todos parecem se preocupar com a educação. Dentre tantos, a sociedade civil organizada, por meio das ONGs, desponta com alternativas de práticas educativas como as descritas neste trabalho. Seria um tempo novo?

Permitam-se inquietações: quando se verifica o “boom” de ONGs, resultado de cidadãos comprometidos com a causa social; técnica e profissionalmente capacitados, como os breves relatos acima atestam, não se poderia considerar um avanço em nossa história educacional? Entretanto, o que, de fato, se pode afirmar sobre o tipo de formação destinada a esses profissionais, se, no pequeno universo pesquisado, há heterogeneidades? De um lado, há valorização da teoria em ambas as organizações, de outro, essa acaba sendo reduzida ante a intensa valorização da prática, especialmente na ONG mineira. Identificá-la como adepta à Epistemologia da Prática ou à histórico-crítica é o caminho almejado? Uma vez que as ONGs aí estão, rotulá-las segundo teorias pedagógicas é a melhor forma de compreendê-las? Qual o melhor caminho para se contribuir com a educação nacional?

Evoca-se como última referência bibliográfica, a contemporânea obra de Miguel Arroyo (2002), a partir de cujas reflexões se caminha para a conclusão desse artigo. Uma renovação do profissional da docência é vivenciada nas últimas décadas no Brasil,

período coincidente com o foco de análise desta pesquisa, em que há o “boom” das ONGs em solo nacional. Desde as primeiras greves em 1979, os professores vêm colocando em questionamento suas próprias práticas e evidenciam – segundo o autor – a necessidade de repensar as velhas estruturas escolares, cujas origens remontam à época do império, quando se moldou também o protótipo do profissional da educação básica.

Um cidadão não mais passivo, antes de aguçada percepção crítica e de um fecundo espírito criativo tem sido o perfil do docente gestado nos últimos anos. Um professor que não aceita mais covardemente se esconder atrás de velhas crenças e “daquela velha opinião formada sobre tudo”, sobre o currículo, sobre a estrutura seriada, mas um profissional aberto para novas construções teórico-práticas, para novos conceitos e referenciais. Ainda que a questão do título não tenha sido apropriadamente fechada, o que se ressalta – e isso não se pretende encerrar apenas com esse artigo – é que não há como, porém, desassociar os profissionais das ONGs de todo esse movimento de renovação professoral vivenciado no país.

Contribui para esse repensar da docência toda uma onda de instabilidade social que tem infringindo não apenas as velhas tradições educacionais, como as políticas, econômicas, sociais, culturais. Além dos aspectos já destacados, abrange esse movimen-

to uma profunda análise sobre o próprio eu do professor, não propriamente o eu pessoa, mas o eu profissional. Enquanto alguns, como Newton Duarte (2003), citado na Introdução, considera esse movimento como uma descaracterização da profissão do professor, há outras interpretações. Ao refletir sobre a função da escola, questiona-se inevitavelmente a função de mestre dessa escola. Assim tem se tornado de praxe nos encontros da categoria o diálogo, o debate, a troca de experiências, o incentivo à formação continuada e de qualidade, de fato, um “movimento formador para os próprios mestres”. Trata-se, portanto, de um movimento inovador, que “[...] toca em valores coletivos, em culturas sociais e políticas, em imaginários coletivos que perdem força quando isolados nos muros e tensões da escola” (ARROYO, 2002, p. 174). Assim como o projeto político-pedagógico da escola é coletivamente construído e, portanto, tratado coletivamente, a cultura escolar e a cultura profissional assim também devem-no ser, pois foram construídas socialmente, bem como as certezas e crenças que as compõem.

A partir dos escritos de Arroyo, questiona-se sobre a possibilidade de mudanças radicais, que atinjam a espinha dorsal dos sistemas educativos, a própria formação docente (no sentido da cultura existente formada por crenças e valores inquestionáveis) e as auto-imagens existentes. Inquire sobre a fonte em que “radica a radi-

ca-lidade formadora” dos docentes. Compreendendo essa questão, encontra-se a raiz desse movimento de redefinições. Muitas são as possibilidades dessa fonte: discursos inovadores, leituras e reflexões diferenciadas, o tempo gasto em cursos, palestras, oficinas e,- por que não? O trabalho das ONGs. O depoimento de R.O.S.I., professora da E.M. Hilda Leão Carneiro, participante do Programa Educando do Projeto EmCantar atesta essa hipótese:

Depois da parceria com o Projeto EmCantar, o que eu tenho observado é que (...) realmente está havendo uma mudança no meu comportamento que tem auxiliado à escola como um todo. É essa mudança que está acontecendo comigo, também mexe com os professores, porque se torna um exemplo para eles. Os professores mudando, isso reflete nas crianças. Então a escola como um todo tem mudado pra melhor. (R.O.S.I., professora da E.M. Hilda Leão Carneiro. Depoimento escrito em maio/2005).

Tem-se, enfim, um repensar das velhas crenças em que se pautavam os professores e profissionais da educação tendo como foco o cerne do sistema educativo: as estruturas escolares. Se o sentido de novo já foi suficientemente destacado como marca indiscutível do quadro da educação brasileira, nesse início de século, com a presença das ONGs como atores reconhecidos e profissionais atuantes,

conclui-se com o apelo à cooperação. Por mais paradoxal que pareça, desloca-se a questão motivadora do presente texto, e convida-se todos os agentes educacionais a se unirem em parcerias em prol da educação nacional. Nesse sentido, a definição de Scherer-Warren (1999), a respeito das redes de movimentos nas quais as ONGs brasileiras têm atuado, é bastante esclarecedora sobre a tipologia de cooperação possível:

[...] são interações horizontais e práticas sócio-políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos [...], de projetos políticos ou culturais comuns, construídos ao redor de identidades e valores coletivos (SCHERER-WARREN, 1999, p. 50).

Esta autora defende que a organização em torno de redes significa a superação da visão tradicional dicotômica de uma sociedade dividida em dois grupos de conflito, ou seja, significa reconhecer a complexidade do social: heterogêneos setores e agrupamentos sociais o compõem, campos de contradições múltiplas, de discursos plurais, em que não apenas opera a lógica do conflito, mas também a da solidariedade e da cooperação. Independente de constituir ou não uma nova categoria docente, se denominados de multiplicadores, educadores populares, professores, formadores não importa; o que se anseia

é o fortalecimento de ações: sem desresponsabilizar o Estado, inverter a ordem vigente - o grande capital a serviço dos direitos sociais - todos: escola, governo, ONGs cooperam para a viabilização de um projeto coletivo de sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Pt: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DUARTE, N. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 601-625, 2003.
- MORAES, M. C. M. **Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPED, 24. **Anais...** Disponível em: < <http://www.anped.org.br/...> >. Acesso em: 20 jul. 2005.
- NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa, Pt: Educa, 2002.
- PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.
- REVISTA Ação Educativa. Edição Comemorativa 10 Anos. São Paulo, 2004.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.
- SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n.13, p. 5-24, 2000.

Encaminhado em: 10/07/06

Aceito em: 29/09/06